

Renda Apoiada e Critério Económico

Critérios e Metodologia para Apuramento dos Rendimentos

Conteúdo

- ❖ Enquadramento
- ❖ Legislação base
- ❖ Objectivos
- ❖ Conceitos
- ❖ Apuramento de rendimentos
 - Documentos necessários
 - Ano de referência dos rendimentos
 - Declaração de IRS
 - Outros comprovativos
 - Outras situações
 - Dependentes e deficientes
 - Alteração da composição do agregado familiar
 - Alteração dos rendimentos do agregado familiar
- ❖ Folha de cálculo
- ❖ Exemplos
- ❖ Dúvidas
- ❖ Contactos

Enquadramento:

- ✓ Lei n.º 21/2009, de 20 de Maio

Revogou o Decreto n.º 35.106, de 6 de Novembro de 1945, terminando assim a figura da cedência precária, determinando outro regime de atribuição de fogos de habitação municipal (Regime de Renda Apoiada com Contrato de Arrendamento).

- ✓ Deliberação n.º 611/CM/2009

(Publicada no 1º Suplemento do BM n.º 804 de 16/07/2009)

Aprovou a aplicação do Regime de Renda Apoiada com Contrato de Arrendamento ao Património Disperso.

Legislação base:

- ✓ Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio (Regime de Renda Apoiada)
- ✓ Deliberação n.º 1011/CM/2008
(Publicada no 2º Suplemento do BM n.º 770 de 20/11/2008)
- ✓ Deliberação n.º 434/CM/2009
(Publicada no BM n.º 794 de 07/05/2009)
- ✓ Deliberação n.º 611/CM/2009
(Publicada no 1º Suplemento do BM n.º 804 de 16/07/2009)

Objectivos

- ❖ Dar a conhecer a experiência da DMH/DGSPH na actualização dos agregados familiares residentes em património disperso relativamente à metodologia utilizada no apuramento dos rendimentos, no âmbito da Deliberação n.º 1011/2008.
- ❖ Actualmente, este não é um assunto fechado, uma vez que poderão surgir outras situações atípicas sobre as quais ainda é necessário reflectir e encontrar uma solução.

❖ **Renda Apoiada** (artigo 5.º, n.º 2, DL n.º 166/93, de 7 de Maio)

O valor da renda é determinado pela aplicação da taxa de esforço (T) ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor, arredondado às milésimas, que resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$T = \frac{0,08 \text{ RMC}}{S_{mn}}$$

Em que:

RMC = Rendimento mensal corrigido do agregado familiar

S_{mn} = Salário mínimo nacional

“O valor da renda é arredondado para a dezena de escudos imediatamente inferior e não pode exceder o valor do preço técnico nem ser inferior a 1% do salário mínimo nacional.”

❖ Critério Económico

(Deliberação n.º 1011/CM/2008 e Deliberação n.º 434/CM/2009)

Verifica-se a necessidade de ocupação de habitação municipal quando:

- ❖ Agregado com RMC < 3 IAS (1.257,66€)
- ❖ Agregado com idade igual ou superior a 65 anos e RMC < 5 IAS (2.096,10€)
- ❖ Agregado com RMC ≥ 3 IAS (1.257,66€), mas com RPCMC < 1 IAS (419,22€)
- ❖ Agregado com idade igual ou superior a 65 anos e RMC ≥ 5 IAS (2.096,10€), mas com RPCMC < 1 IAS (419,22€)

Em que:

RMC = Rendimento Mensal Corrigido

RPCMC = Rendimento *Per Capita* Mensal Corrigido

IAS = valor de 2009

O apuramento do RMC do agregado é efectuado nos termos da alínea d) do n.º 1 do art. 3º do DL n.º 166/93, de 7 de Maio

❖ **Rendimento Anual Bruto (RAB)**

Valor anual “de todos os ordenados, salários e outras remunerações do trabalho, incluindo diuturnidades, horas extraordinárias e subsídios, e ainda o valor de quaisquer pensões, nomeadamente de reforma, aposentação, velhice, invalidez, sobrevivência, e os provenientes de outras fontes de rendimento, com excepção do abono de família e das prestações complementares.”

❖ **Prestações Complementares**

Aquando da publicação do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, encontravam-se em vigor dois diplomas que identificavam as **prestações complementares**: Decreto-lei n.º 197/77, de 17 de Maio (**art.s 27º a 31º**), para o Regime Geral da Segurança Social e o Decreto-lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro (**art. 9º**), para a Administração Pública, ambos revogados.

❖ **Prestações Complementares**

Subsídio de casamento;

Subsídio de nascimento;

Subsídio de aleitação;

Abono complementar a crianças e jovens deficientes;

Subsídio de educação especial;

Subsídio de mensal vitalício;

Subsídio de funeral.

❖ Subsídio Mensal Vitalício

... “atribuído em relação a descendentes ou equiparados” ...

“enquanto sofrerem de doença prolongada ou de incapacidade para o exercício de qualquer actividade.”

❖ **Rendimento Mensal Bruto (RMB)**

“Quantitativo que resulta da **divisão por 12 dos rendimentos anuais ilíquidos** auferidos por todos os elementos do agregado familiar à data da determinação do valor da renda.”

❖ **Rendimento Mensal Corrigido (RMC)**

“Rendimento mensal bruto deduzido de uma quantia igual a três décimos do salário mínimo nacional pelo primeiro dependente e de um décimo por cada um dos outros dependentes, sendo a dedução acrescida de um décimo por cada dependente que, comprovadamente, possua qualquer forma de incapacidade permanente.”

❖ Dependente

“Elemento do agregado familiar com menos de 25 anos que não tenha rendimentos e que, mesmo sendo maior, possua, comprovadamente, qualquer forma de incapacidade permanente ou seja considerado inapto para o trabalho ou para angariar meios de subsistência,”

Documentos Necessários

Identificar:

- ❖ N.º de elementos que compõem o agregado familiar
- ❖ Idade do titular do contrato

Documentos Necessários:

(para cada elemento do agregado familiar considerado, desde que não dependente)

➤ **Declaração de IRS + Nota de Liquidação**

Documentos Necessários

- ❖ A não apresentação destes documentos implica que o apuramento dos rendimentos seja efectuado com outros comprovativos.
- ❖ Sempre que o apuramento for efectuado com outros tipos de rendimentos deverá constar do processo a **Certidão das Finanças da não existência de Rendimentos Declarados**, para cada elemento do agregado familiar.

Rendimento Anual Bruto (RAB)

❖ **Rendimento Anual Bruto (RAB)**

(Declaração de IRS e Nota de Liquidação)

A exigência de entrega dos 2 documentos prende-se com a necessidade de confrontar os 2 valores, para despistar a possibilidade de falsas declarações.

❖ **Ano de Referência dos Rendimentos**

Rendimentos auferidos comprovados através de:

- ✓ Declaração de IRS
- ✓ Nota de Liquidação
(últimas existentes)

Actualmente, corresponde aos rendimentos declarados em 2009, relativos aos rendimentos auferidos em 2008.

Agenda Fiscal 2010

❖ 1ª Fase

Anexo A - Rendimentos da Categoria A (trabalho dependente) e H (pensões)

Anexo J - Rendimentos das categorias A e H provenientes do estrangeiro

- Suporte Papel – 15 de Março
- Transmissão Electrónica – 15 de Abril

As liquidações da 1ª Fase de entrega, normalmente ocorrem até Agosto do próprio ano

Agenda Fiscal 2010

❖ 2ª Fase –

Anexo A - Rendimentos da Categoria A (trabalho dependente) e H (pensões)

Anexo B – Rendimentos empresariais e profissionais

Anexo J - Rendimentos de qualquer das categorias auferidos no estrangeiro

Restantes Anexos

- Suporte Papel – 30 de Abril
- Transmissão Electrónica – 25 de Maio

As liquidações da 2ª Fase de entrega, normalmente ocorrem até Setembro do próprio ano

Ano de Referência dos Rendimentos

Validação na Declaração de IRS no Modelo 3, n.º 2 – Ano dos Rendimentos:

http://www.e-financas.gov.pt/de/impresos/Mod3.pdf - Microsoft Internet Explorer provided by ...:Câmara Municipal de Lisboa...

1 / 7 123% Find

ANTES DE PREENCHER LEIA ATENTAMENTE TODO O IMPRESSO E CONSULTE AS INSTRUÇÕES

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS
MODELO 3

1 SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMÍLIO FISCAL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)
Código do Serviço de Finanças 01

2 ANO DOS RENDIMENTOS
02 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

A NOME(S) DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)
Sujeito Passivo A
Sujeito Passivo B

NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE
03
04

DEFICIENTES GRAU F. A.

B NÚMERO DE DEPENDENTES NÃO DEFICIENTES

C NÚMERO DE DEPENDENTES DEFICIENTES

D 1 NIF
D 2 NIF
D 3 NIF
D 4 NIF
D 5 NIF
D 6 NIF

DD 1 NIF
DD 2 NIF
DD 3 NIF

D Dependentes com idade inferior ou igual a 3 anos N.º
D Dependentes com idade superior a 3 anos N.º

4 NATUREZA DA DECLARAÇÃO
1.ª declaração do ano 1
Declaração de substituição 2
Prazo especial (n.º 2 do art. 60.º) 3
Prazo especial (n.º 2 do art. 31-A.º) 4
Data do facto que determinou a obrigação de declarar ou alterar rendimentos já declarados 5
Ano Mês Dia

5 RESIDÊNCIA FISCAL
A RESIDENTES
Continente 1
R. A. Açores 2
R. A. Madeira 3
B NÃO RESIDENTES
Representante NIF 4
Opta pelas taxas do art. 68.º do CIRS?
Não 5 Sim 6 País 7
Total dos rendimentos obtidos no estrangeiro 8

6 ESTADO CIVIL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)
Casados 1
Solteiro, viúvo, divorciado ou separado judicialmente 2
Separado de facto 3
Unidos de facto 4

7 INFORMAÇÕES DIVERSAS
A SOCIEDADE CONJUGAL – ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2009

ORIGINAL PARA A DCCI

Done

Zona desconhecida

iniciar Caixa de Entrada... Fernanda Benvind... Windows Media Pl... 4 Microsoft Offic... Declarações Elect... http://www.e-fin... PT 11:16

Declaração de IRS – Modelo 3

Verificar se o n.º de anexos que acompanham a declaração (Modelo 3) para aferir se os documentos entregues estão completos:

http://www.e-financas.gov.pt/de/impresos/Mod3.pdf - Microsoft Internet Explorer provided by ::Câmara Municipal de Lisboa::

1 / 7 123% Find

6 ESTADO CIVIL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Casados ☐ 1 Solteiro, viúvo, divorciado ou separado judicialmente ☐ 2 Separado de facto ☐ 3 Unidos de facto ☐ 4

7 INFORMAÇÕES DIVERSAS

A SOCIEDADE CONJUGAL – ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES

Se ocorreu o óbito do cônjuge indique o NIF do falecido 1 No caso de ser deficiente indique o grau de incapacidade 2 Era deficiente das Forças Armadas? SIM ☐ 3 NÃO ☐ 4

B ASCENDENTES QUE VIVEM EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

NIF 01 DEFICIENTE GRAU
NIF 02 DEFICIENTE GRAU

C REEMBOLSO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

NIB - O número de identificação bancária deve pertencer ao sujeito passivo A e/ou B 1

8 N.º DE ANEXOS QUE ACOMPANHAM A DECLARAÇÃO

N.º DE ANEXOS QUE ACOMPANHAM A DECLARAÇÃO	QUANT.
Anexo A – Categorias A e H	1
Anexo B – Categoria B (Regime simplificado)	2
Anexo C – Categoria B (Regime de contabilidade organizada)	3
Anexo D – Transparência fiscal – Herança indivisa	4
Anexo E – Categoria E	5
Anexo F – Categoria F	6
Anexo G – Categoria G	7
Anexo G1 – Mais-valias não tributadas	8
Anexo H – Benefícios fiscais e deduções	9
Anexo I – Herança indivisa	10
Anexo J – Rendimentos obtidos no estrangeiro	11
Outros documentos	12

9 A PRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE À VERDADE E NÃO OMITE QUALQUER INFORMAÇÃO

Data O(s) Declarante(s)

Assinatura

A)

Assinatura

10 RESERVADO AOS SERVIÇOS

A declaração de substituição foi entregue dentro do prazo de reclamação gratuita ou de impugnação judicial? SIM ☐ 1 NÃO ☐ 2

Se respondeu SIM:
- Vai ser convalidada em processo de reclamação
SIM ☐ 3 NÃO ☐ 4

O Chefe do Serviço:

DATAS:

Da recepção 5 Ano Mês Dia

Limite do prazo de entrega 6

Número de lote 7

Número da declaração 8

Download (247.19 KB of 247.32 KB) : http://www.e-financas.gov.pt/de/impresos/Mod3.pdf

Zona desconhecida

Iniciar 2 Microsoft ... 9 Internet E... Windows Med... 2 Explorado... 2 Microsoft ... IRS - Modelo 3 Mod3 Anexo ... PT 15:05

Declaração de IRS – Modelo 3 – Anexo A

Campo de recolha de elementos para apuramento de RAB, no caso de **Rendimentos do Trabalho Dependente**:

Mod3 Anexo A.pdf (SECURED) - Adobe Reader

File Edit View Document Tools Window Help

1 / 4 122% Find

MODELO EM VIGOR A PARTIR DE JANEIRO DE 2009

ORIGINAL PARA A DGCI

R. P.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS
MODELO 3
Anexo A

1 CATEGORIAS A / H
TRABALHO DEPENDENTE
PENSÕES

2 ANO DOS RENDIMENTOS
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓPTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)
Sujeito passivo A NIF 02 Sujeito passivo B NIF 03

4 RENDIMENTOS DO TRABALHO DEPENDENTE E/OU PENSÕES OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

RENT	RENT	RENT	SUJEITO PASSIVO A	SUJEITO PASSIVO B	DEPENDENTE	DEPENDENTE
RENT	RENT	RENT				
TRABALHO DEPENDENTE						
Rendimento bruto	401					
Retenções na fonte de IRS	402					
Contribuições obrigatórias para regimes de protecção social	403					
Quotizações sindicais (valor pago)	404					
Código da dedução						
Código da dedução						
TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA						
Gratificações não atribuídas pela entidade patronal [al. g) do n.º 3 do art. 2.º]	410					
Rendimento de agentes desportivos	412					
Retenções na fonte de IRS	413					
PENSÕES E RENDAS						
Pensões	414					
Pensões de alimentos	424					
Rendas temporárias e vitalícias	415					
Retenções na fonte de IRS	416					

15:00

Declaração de IRS – Modelo 3 – Anexo A

Campo de recolha de elementos para apuramento de RAB, no caso de **Rendimentos de Pensões:**

Mod3 Anexo A.pdf (SECURED) - Adobe Reader

File Edit View Document Tools Window Help

1 / 4 123% Find

MODELO EM VIGOR

ORIGINAL PARA DGC

RENTIMENTOS

RETENÇÕES

DEDUÇÕES

SUJEITO PASSIVO A

SUJEITO PASSIVO B

TRABALHO DEPENDENTE

Rendimento bruto 401

Retenções na fonte de IRS 402

Contribuições obrigatórias para regimes de protecção social 403

Quotizações sindicais (valor pago) 404

Código da dedução

Código da dedução

TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA

Gratificações não atribuídas pela entidade patronal [al. g) do n.º 3 do art. 2.º] 410

Rendimento de agentes desportivos 412

Retenções na fonte de IRS 413

PENSÕES E RENDAS

Pensões 414

Pensões de alimentos 424

Rendas temporárias e transitórias 415

Retenções na fonte de IRS 416

Quotizações sindicais (valor pago) 417

Contribuições obrigatórias para regimes de protecção social 425

RÉGIME DE TRANSIÇÃO

Pré-Reforma 418

Contribuições obrigatórias sobre a Pré-Reforma 419

Retenções na fonte de IRS 420

SOMA DE CONTROLO (401 + ... + 420 + 424 + 425) 421

Data do contrato de Pré-Reforma 422

Data do primeiro pagamento 423

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

426 Se preencheu o código 409 identifique:

ENTIDADE GESTORA

TITULAR VALOR NIF/NPC PORTUGUÊS PAÍS NÚMERO FISCAL (UE ou EEE)

15:03

Declaração de IRS – Modelo 3 – Anexo B

Campos de recolha de elementos para apuramento de RAB, no caso de Rendimentos do Trabalho Independente:

Mod3 Anexo B.pdf (SECURED) - Adobe Reader

File Edit View Document Tools Window Help

1 / 7 101% Find

ORIGINAL PARA ADGCI

4 RENDIMENTOS BRUTOS (OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS)

A RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

		RENDIMENTO ILÍQUIDO
Vendas de mercadorias e produtos	401	- - ,
Prestações de serviços de actividades hoteleiras, restauração e bebidas	402	- - ,
Outras prestações de serviços e outros rendimentos (inclui Mais-Valias)	403	- - ,
Propriedade intelectual (Rendimentos abrangidos pelo art. 56º do EBF - parte não isenta)	404	- - ,
Rendimentos de actividades financeiras (Códigos CAE iniciados por 65, 66 ou 67)	405	- - ,
Serviços prestados por sócios a sociedades de profissionais do Regime de Transparência Fiscal	420	- - ,
SOMA		- - ,
ENCARGOS		VALOR
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções)	406	- - ,
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções)	407	- - ,
SOMA		- - ,

B RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS

Vendas de produtos	409	- - ,
Prestações de serviços e outros rendimentos (inclui Mais-Valias)	410	- - ,
Subsídios à exploração	411	- - ,
SOMA		- - ,
ENCARGOS		VALOR
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções)	413	- - ,
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções)	414	- - ,
SOMA		- - ,

C OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A

A totalidade dos rendimentos auferidos resulta de serviços prestados a uma única entidade ? Sim 1 ☐ Não 2 ☐

Em caso afirmativo, opta pela tributação segundo as regras estabelecidas para a categoria A ? Sim 3 ☐ Não 4 ☐

D TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS

Houve alienação de imóveis ? Sim 1 ☐ Não 2 ☐

N.º de imóveis ou fracções alienadas 418

Indique a diferença positiva entre o valor definitivo, base para a liquidação do IMT, e o valor de venda dos imóveis:

Existências (Campo 401)	Imobilizado (Campos 403 e 410)
416 <input type="text"/>	417 <input type="text"/>

Recorreu ao disposto no artº 129º do CIRC ? Sim 3 ☐ Não 4 ☐

Em caso afirmativo indique a diferença positiva entre o valor definitivo considerado para efeitos de IMT e o preço efectivo de venda 419

Este não é o processo submissivo, destina-se à preparação das declarações legítimas, com a administração fiscal, podendo enviar a informação que lhe diga respeito através da Internet. Devendo, caso ainda não possam, solicitar a respectiva versão e correção ou aditamento nos termos dos trabalhos.

15:09

Declaração de IRS – Modelo 3 – Anexo B

O valor do Rendimento Bruto será apurado da seguinte forma:

1 – Tratando-se de rendimentos da categoria B do CIRS enquadrados no regime simplificado:

Rendimento bruto o resultante da aplicação do coeficiente de **0,2** ao valor das vendas de mercadorias e de produtos, bem como aos serviços prestados no âmbito de actividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas e ao montante dos subsídios destinados à exploração que tenha por efeito compensar reduções nos preços de venda de mercadorias e produtos;

Rendimento bruto o resultante da aplicação do coeficiente de **0,65** aos restantes rendimentos provenientes desta categoria, excluindo a variação de produção.

2 – Tratando-se de rendimentos de categoria B, nos termos do CIRS, enquadrados no regime de contabilidade organizada, considera-se rendimento bruto o resultante do lucro apurado.

Declaração de IRS – Modelo 3 – Outros Anexos

Na presença de Declarações de IRS com outros anexos (outras fontes de rendimentos), os rendimentos declarados deverão ser considerados na totalidade.

Outros Comprovativos

Existindo a Certidão das Finanças da não existência de Rendimentos Declarados, o apuramento do **rendimento bruto** é efectuado com outros comprovativos, nomeadamente:

- ❖ **Declaração da Segurança Social (RSI, Subsídio de Desemprego; Pensões);**
- ❖ **Recibo de Vencimento;**
- ❖ **Declaração do Próprio;**
- ❖ **Outras ...**

Os comprovativos podem apresentar valores diários, mensais ou anuais.

Quando o valor é diário deve-se multiplicar por 30 dias para obter o valor mensal.

Quando o valor é mensal dever-se-á ter em atenção se é auferido 12 ou 14 meses.

Deveria ter sido entregue Declaração de IRS
(rendimentos \geq RMMG) e não foi entregue?

Se não foi entregue, o agregado familiar deverá
efectuar a respectiva entrega, sendo alertado que a
não declaração de rendimentos, configura fuga fiscal.

Outras Situações

- ❖ Rendimentos declarados pelos próprios (sem comprovativos de outras instituições) inferiores ao valor da pensão social em 2009, isto é, 187,18€.
- ❖ Rendimentos constantes da Declaração de Rendimentos e Nota de Liquidação, com valor do rendimento mensal bruto (resultante da divisão por 12 do RAB) inferior ao valor da pensão social em 2009.
- ❖ Inexistência, comprovada, de rendimentos auferidos

Aplica-se do previsto no n.º 3 do art. 5º do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, ou seja, a renda mínima (1% do SMN, actualmente RMMG), que em 2009 é igual a 4,50€.

Dependentes & Deficientes

- ❖ A correcção ao Rendimento Anual Bruto é efectuada em função do número de dependentes e deficientes existentes à data da actualização do agregado familiar baseada na definição constante no Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio e não os constantes na Declaração de IRS.
- ❖ Os Isolados, mesmo que deficientes não são considerados dependentes, quer para efeitos de cálculo de renda, quer para efeitos apuramento de RABC.

Dependentes & Deficientes

- ❖ Para os deficientes serem considerados dependentes deverão ter declaração médica que ateste qualquer uma das situações previstas alínea b), n.º 1 do art. 3.º, do Decreto-Lei n.º 166/93, de 5 de Maio, ou seja:
 - Incapacidade permanente (de preferência com o grau de incapacidade)
 - Inapto para o trabalho
 - Inapto para angariar meios de subsistência

Dependentes & Deficientes

- ❖ Não é impeditivo de ser considerado dependente se na declaração de incapacidade não tiver inscrito o grau de incapacidade, no entanto não deve ficar no técnico o ónus de registar a incapacidade de qualquer elemento do agregado familiar, se este não trouxer declaração médica.
- ❖ Os rendimentos auferidos pelos elementos deficientes (caso existam) são considerados no apuramento do RAB do agregado familiar (excepto o subsídio mensal vitalício).

Alteração da Composição do Agregado Familiar

Nas situações em que ocorrem alterações significativas nos rendimentos do agregado familiar, causados por:

- ❖ Divórcio / Casamento (União de Facto > de 2 anos)
- ❖ Viuvez
- ❖ Desemprego / emprego
- ❖ Cessação de actividade / Inicio de actividade
- ❖ Aposentação
- ❖ Entre outras ...

Alteração da Composição do Agregado Familiar

- ❖ No caso das situações de **óbito** de um dos elementos ou de **divórcio comprovado**, o que implica que esses elementos não residem actualmente no fogo (de forma definitiva), não deverão ser considerados os seus rendimentos.
- ❖ Nas situações de **nascimentos** ou menores sob **tutela** que não constam da Declaração de IRS, deverão estes ser considerados dependentes.
- ❖ Nas situações dos **ausentes temporários**, para efeitos de apuramento do rendimento anual bruto, deverá também ser apurado o desse elemento do agregado familiar, mesmo estando ausente.

Alteração dos Rendimentos do Agregado Familiar

❖ Para as restantes situações de alteração dos rendimentos do agregado familiar e para efeitos de cálculo de renda apoiada, estas serão revistas nos termos do previsto no n.º 1, art. 6º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, ou seja, anual, bienal ou trienalmente, conforme opção da entidade locadora.

Folha de Cálculo

Direcção Municipal de Habitação
Departamento de Gestão Social do Parque Habitacional

CÁLCULO RENDA APOIADA
DEC-LEI N.º 166/93, 7 DE MAIO



Titular		
Morada		
N.º de Elementos do Agregado Familiar:		

$RA \text{ (Renda Apoiada)} = Rc * T$

RAB		Dependentes		Deficientes	
RMMG	€ 450,00	RMC	€ 0,00	Taxa (T) a)	0,000
Dedução ao Rm	€ 0,00	Rc*T	€ 0,00	Ra	€ 0,00

RABC	€ 0,00	Idade do Titular:	
RPCMC	#DIV/0!	Carência b)	

❖ Alteração do Rendimento do Agregado Familiar:

Agregado familiar composto por casal e 2 filhos menores.

Documentos existentes no processo:

- Declaração de IRS e Nota de Liquidação relativa ao ano de 2008;
- Declaração da Segurança Social com o valor do subsídio de desemprego de um dos elementos do casal relativa ao ano de 2009.

Nestas situações, na DMH têm-se optado por efectuar o cálculo da renda apoiada e aferir o critério económico, apurando os 2 rendimentos separadamente, para informar e levar decisão à consideração superior.

❖ Alteração do Rendimento do Agregado Familiar:

Agregado familiar composto por casal e 4 filhos menores.

Documentos existentes no processo:

- Declaração de IRS e Nota de Liquidação relativa ao ano de 2008, mas 1 dos elementos não tem rendimentos declarados.
- Recibo de vencimento (2009) do elemento sem rendimentos em 2008.

Nestas situações, o cálculo da renda apoiada e o aferir o critério económico, é efectuado apurando o rendimento bruto do agregado com base na informação da Declaração de IRS, mesmo não existindo rendimentos para 1 dos elementos.

❖ Alteração do Rendimento do Agregado Familiar:

Agregado familiar composto por mãe e filha.

Documentos existentes no processo:

- Declaração de IRS e Nota de Liquidação relativa ao ano de 2008 (Filha que trabalhava para 2 entidades e em 2009 apenas trabalha para 1);
- Certidão das Finanças da não existência de Rendimentos Declarados + declaração da segurança social com valor total da pensão auferida em 2008 (Mãe).

Nestas situações, o cálculo da renda apoiada e o aferir o critério económico, é efectuado apurando os rendimentos com base na informação da declaração de IRS (Filha) + declaração da segurança social (Mãe).

Dúvidas



Contactos

fernanda.benvindo@cm-lisboa.pt

 **21 798 89 77**

maria.moreira.jorge@cm-lisboa.pt

 **21 798 83 69**

maria.david@cm-lisboa.pt

 **21 798 86 18**



The background is a solid blue color. At the top, there are several wavy, horizontal lines in shades of blue and cyan. A thin, dotted line in a light blue color runs across the upper portion of the slide, just below the wavy lines.

Obrigado